



INICIATIVA
INTER-RELIGIOSA PELAS
FLORESTAS TROPICAIS

CARTA ABERTA CONTRA A APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI QUE INTEGRAM O PACOTE DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

Como lideranças religiosas brasileiras, oriundas das mais variadas tradições espirituais, integrantes do Conselho Consultivo da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil, expressamos nossa imensa preocupação com a possibilidade de aprovação de Projetos de Leis que violam frontalmente a Constituição Federal, especialmente no que se refere à proteção do meio ambiente e aos direitos dos povos indígenas, como expresso no artigo 225, que diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

Para as pessoas religiosas, de todas as credos e confissões, Natureza viva é dádiva de Deus. A garantia constitucional de sua preservação, mais do que Lei humana é um imperativo ético de defesa da vida. Como líderes de instituições e comunidades que se guiam por esse fundamento ético, dedicamo-nos à promoção da vida, do bem comum, da justiça e da dignidade humana. E entendemos que sem um meio ambiente saudável e preservado, não é possível ter desenvolvimento durável e para todos, nem qualidade de vida, nem paz, nem segurança.

Os projetos reunidos no popularmente conhecido como “pacote da destruição ambiental” ameaçam esses valores e colocam em risco esses direitos. O Projeto de Lei 2.159, que altera profundamente o sistema de Licenciamento Ambiental, fragiliza a avaliação dos impactos ambientais e praticamente elimina as salvaguardas e exigências que poderiam reduzir ou mitigar os impactos socioambientais dos empreendimentos; o Projeto de Lei 2.633 e o PL 510 legalizam ocupações ilegais de terras públicas, especialmente na Amazônia, e estimulam a continuidade e o aumento do processo de invasão, grilagem de terras públicas, violação dos direitos dos povos indígenas e outras comunidades locais e promovem a destruição da floresta e outros danos ambientais, como a contaminação química; o Projeto de Lei 490 afronta o direito à demarcação das terras indígenas; o Projeto de Lei 191 abre as terras indígenas ao garimpo e outras atividades altamente danosas para a cultura e integridade física dos povos indígenas e para o meio ambiente em geral; o PL 6.299, conhecido como “PL do Veneno”, muda a atual lei que controla os agrotóxicos no país para permitir o uso indiscriminado de substâncias altamente nocivas à saúde humana e ao meio ambiente.

Por isso pedimos, respeitosamente, que os senhores e as senhoras, parlamentares eleitos/as para defender o interesse público e legislar para o bem comum, votem contrários a esses Projetos de Lei, que trazem evidentes prejuízos ao povo brasileiro e colocam em risco a própria continuidade deste sistema vivo que é o Planeta Terra, nossa Casa Comum.

Acreditamos que o Brasil é um lugar abençoado com grandes riquezas naturais que, se forem usadas com cuidado e sabedoria, podem proporcionar vida digna para todas as pessoas e seres vivos, hoje e no futuro. Nosso desafio é, portanto, aprimorar as leis e as políticas públicas para ampliar as condições de preservação do meio ambiente, contenção das mudanças climáticas e preservação da vida. Aprovar o “Pacote da Destruição Ambiental” seria andar na contramão da história e da sensatez.

Assinaram a carta as seguintes entidades religiosas integrantes do Conselho Consultivo da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB);
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC);
Aliança Cristã Evangélica Brasileira (ACEB);
Religiões Pela Paz Brasil;
União Nacional das Entidades Islâmicas do Brasil (UNI).